

El Niño: quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Carros-pipa no Nordeste, distribuição de remédios no Norte, sistemas de drenagem que funcionem no Sul

Por Daniela Chiaretti

Valor, 19/05/2026

Entre 2005 e 2008, a oceanógrafa paulista Regina Rodrigues foi fazer pós-doutorado nos Estados Unidos. Mais precisamente, com pesquisadores do projeto Global Tropical Moored Buoy Array -Rede Global de Boias Ancoradas em Águas Tropicais, em tradução livre. O projeto é ligado ao Pacific Marine Environmental Laboratory, um dos laboratórios da NOAA, a agência americana que estuda o oceano e a atmosfera e, entre outras coisas, emite alertas de tempestades, furacões e fenômenos como o El Niño.

Regina foi trabalhar com Michael McPhaden, pesquisador da NOAA, criador do projeto das boias e, como ela diz, um dos papas do entendimento da interação do oceano com a atmosfera. Em outras palavras, de fenômenos como El Niño.

Envolvido em pesquisas sobre a dinâmica e o papel do oceano no clima, McPhaden, que começou o projeto em 1983, foi mais de uma centena de vezes ancorar boias no Pacífico, depois no Atlântico e no Índico. As boias são, na verdade, parte de estações atmosféricas e oceânicas com instrumentos que medem ventos, temperatura, umidade do ar, fluxos de calor e, na parte submersa, temperatura e salinidade da água. O programa mantém sistemas de observação com boias fixas na faixa tropical do Pacífico, Atlântico e Índico. É assim que enxergam fenômenos como El Niño e La Niña, a atividade de furacões no Atlântico e as monções no Índico.

O programa cresceu. Transformou-se em um esforço multinacional para fornecer dados, em tempo real, para pesquisa e prevenção climática. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Inpe, e o Serviço Hidrográfico da Marinha do Brasil fazem parte.

Ao retornar ao Brasil, Regina se debruçou sobre os impactos do El Niño. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, membro da rede de pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, o IPCC, a pesquisadora estudou o que fortes El Niño - como os de 1983-1983, 1997-1998, 2015-2016 e 2023-2024 - fizeram de estrago em um mundo cada vez mais quente. O de 1983, dos mais intensos já registrados,

causou seca e fome no Nordeste e chuvas torrenciais no Sul. A cheia do rio Itajaí deixou Blumenau submersa. “Cada El Niño é diferente, mas o padrão é aquele: o Sul vai ter precipitação acima da média; no Norte e Nordeste, seca; no Pantanal, incêndios”. Se o El Niño deflagra uma situação, a crise do clima trata de ampliá-la.

Este ano a ameaça de um forte El Niño está no ar. “O que caracteriza um El Niño?”, pergunta o físico Paulo Artaxo, um dos principais cientistas brasileiros da mudança do clima. Ele responde: “É um aquecimento anômalo de grandes áreas do Pacífico tropical que altera a circulação atmosférica global. Até 40 anos atrás, era um evento periódico. Agora deixou de ser”. Continua: “Um El Niño que seria fraquinho, acaba ficando muito forte por causa do aquecimento do oceano. E estes ‘Super El Niños’ podem se tornar o modo normal de operação do fenômeno”.

O último forte El Niño, de 2024, foi o da seca da Amazônia, enchente no Rio Grande do Sul e incêndios no Pantanal. Esse, de agora, será um Super El Niño? Isso não está claro ainda. “Todo o futuro está na incerteza”, disse Sêneca. Mas mesmo que, neste momento, a frase do filósofo romano seja adequada à intensidade do El Niño 2026-2027 e quais regiões serão afetadas, e mesmo que adaptação climática não aconteça da noite para o dia, há muito o que governos podem fazer. O federal organizou uma sala de situação interministerial para coordenar ações no segundo semestre. O Ministério do Meio Ambiente contratou grande contingente de brigadistas, conseguiu sete nove helicópteros, buscou recursos do Fundo Amazônia para apoiar bombeiros dos nove estados da Amazônia Legal. “Ninguém adapta um país de dimensões continentais como o Brasil. Mas há muito o que fazer”, diz Artaxo. Ele elenca medidas. Para impedir que uma seca extrema no Brasil Central prejudique a produtividade agrícola, pode-se tentar colher o mais cedo possível. Planos de contingência têm que ser disparados, com carros-pipa no Nordeste. bombas de drenagem contra cheias funcionando no Sul. Regina Rodrigues dá exemplos de Santa Catarina, que pelo histórico de enchentes, tem Defesa Civil preparada e empresas já licitadas para dar cestas básicas, no caso de tragédia. “Todas as cidades deveriam ter um mapa de risco. A população, ser treinada para rotas de fuga, se o melhor é ir para o ginásio, a escola, a igreja. Conservar áreas para criar cidades-esponja”, continua. “Na Amazônia, se populações ficarem sem peixe, qual a alternativa? O que podem plantar que resista à seca? Que remédios podem ser distribuídos?. Há várias coisas baratas que podem ser feitas, mas não são as preferidas dos políticos”, constata.

A última previsão da NOAA, de 14 de maio, diz que há 82% de chance do El Niño se concretizar logo mais, com pico entre dezembro e fevereiro. Pelas últimas estimativas, há 40% de chance de ser muito forte.

Para a biodiversidade, o impacto pode ser, de novo, cruel. Artaxo visitava o Instituto Mamiraúa, em 2024, no Amazonas. A temperatura normal do lago, de 29°C, estava a 39°C. “Os botos morreram assados”, diz. Toda a fauna e flora da Amazônia sofreu um baque. Em Santarém, a pesca caiu à metade. “Não tem como dourar a pílula. A hora em que a água do rio chega a 39°C, perde oxigênio. Milhares de bichos morrem. O Brasil é muito vulnerável. Temos que conhecer melhor o novo sistema climático”.

Daniela Chiaretti é repórter especial

E-mail: daniela.chiaretti@valor.com.br